



www.adce.pt

RELATÓRIO E CONTAS 2021

*Aprovado em Assembleia
Geral em 28.03.2022*



Índice

RELATÓRIO DE GESTÃO	2
INTRODUÇÃO.....	3
ANÁLISE ECONÓMICA	4
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	9
ANEXO.....	13
NOTA 1. IDENTIFICAÇÃO DE IDENTIDADE:.....	14
NOTA 2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	14
NOTA 3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS	15
NOTA 4. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	15
NOTA 5. ATIVOS FIXOS INTANGÍVEIS	16
NOTA 6. CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS.....	16
NOTA 7. NÃO APLICÁVEL	16
NOTA 8. RENDIMENTOS E GASTOS.....	17
NOTA 9. NÃO APLICÁVEL	17
NOTA 10. SUBSÍDIOS E OUTROS APOIOS DAS ENTIDADES PÚBLICAS.....	18
NOTA 11. INSTRUMENTOS FINANCEIROS	18
NOTA 12. BENEFÍCIOS DOS TRABALHADORES.....	20
NOTA 13. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO	21
NOTA 16. OUTRAS DIVULGAÇÕES.....	21
RELATÓRIO DE AUDITORIA	23

RELATÓRIO DE GESTÃO



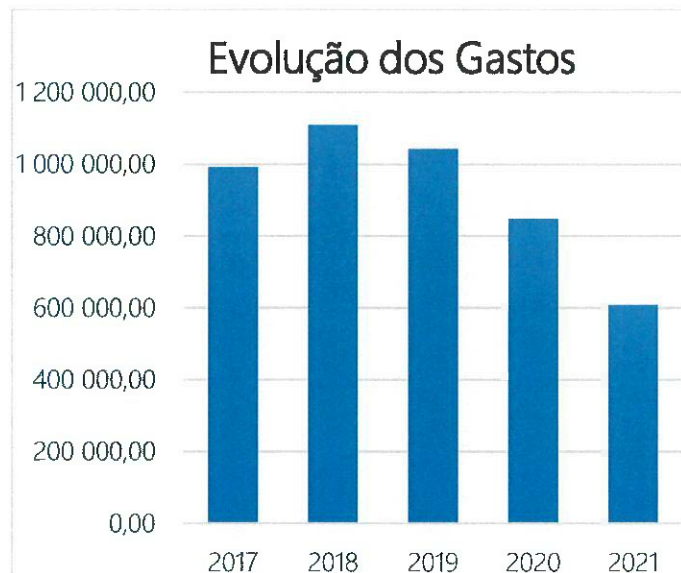
INTRODUÇÃO

A Associação de Desenvolvimento do Concelho de Espinho (ADCE), dando cumprimento à sua missão estatutária, tem-se afirmado ao longo dos seus 27 anos de existência no concelho de Espinho como uma referência no que concerne ao desenvolvimento local e ao combate às situações de pobreza e exclusão social. Primamos pela implementação de uma intervenção abrangente e estratégica, quer nas vertentes de âmbito social e educativa, quer em vertentes de cariz económico e empresarial.

Procuramos gerar novas oportunidades e agarrar desafios que permitam alavancar novas respostas e dinamizar o concelho de forma proactiva e concertada.

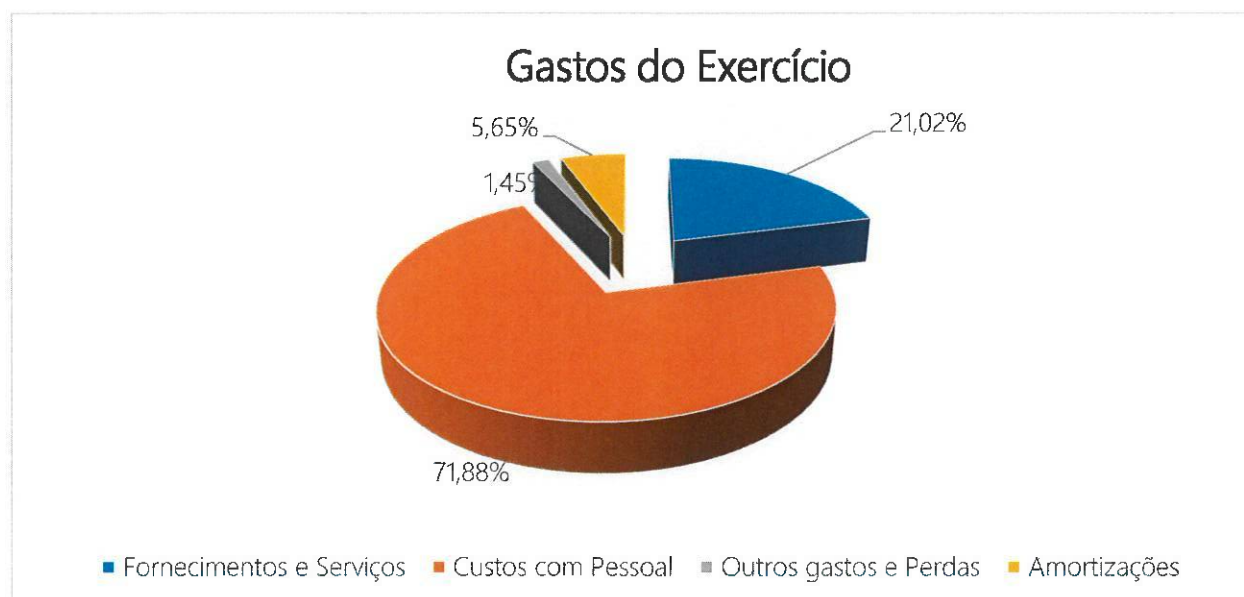
ANÁLISE ECONÓMICA

Relativamente ao exercício de 2021, verificou-se um decréscimo nos gastos comparativamente a 2020.



Os gastos do exercício diminuíram 28,29 % em relação a 2020, tendo sido este ano de 608.710,87 euros.

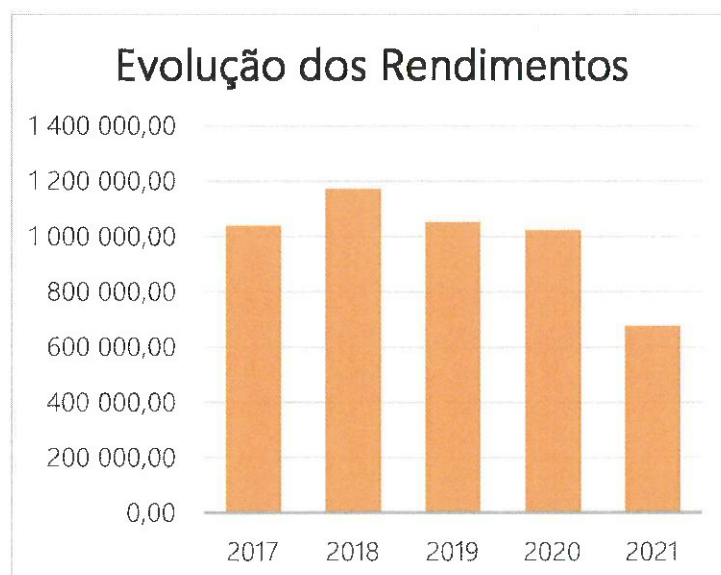
De entre todos os gastos inerentes às atividades da ADCE destacam-se os gastos com os recursos humanos, que representam 71,8% dos gastos totais. O valor em 2021 das amortizações foi de 34.406,52 euros representando 5,65% dos gastos.



Os Gastos com Pessoal em 2021 foram de 437.528,05 euros. O número médio de trabalhadores durante 2021 foi de 23.



Relativamente ao exercício de 2021, verificou-se uma diminuição nos rendimentos comparativamente a 2020.



Os rendimentos do exercício em 2021, diminuíram 33,89% em relação ao ano anterior, sendo que este ano foram de 675.291,63 euros.

Dos rendimentos do ano destacam-se Subsídios à Exploração que, com um total de 670.067,25 euros, representam 99,23%.



O resultado obtido em 2021 foi positivo, com um valor de 66.580,76 euros e a situação líquida em 31 de dezembro de 2021 era positiva com o valor de 339.151,51 euros.

O ano de 2021 foi um ano de estabilização da ADCE, no que respeita à estratégia de recuperação económica que temos vindo a seguir nos últimos anos.

Ressaltamos a este propósito a liquidação da dívida a fornecedores, que representou um esforço substancial para a ADCE.

Foi também um ano em que continuamos a apostar na apresentação de candidaturas aos Programas Operacionais do Portugal 2020, bem como a outras fontes de financiamento, tendo como preocupação a sustentabilidade da instituição.

Apostamos no reforço e consolidação de uma estratégia de intervenção orientada para o desenvolvimento local, no estrito cumprimento da nossa missão e na observância dos nossos valores, honrando todos os compromissos assumidos com as instituições que nos financiam e sobretudo com a comunidade local.

Face aos desafios e incertezas trazidas pela pandemia foi necessário reforçar a já eficiente e criteriosa gestão dos recursos disponíveis, de forma a darmos continuidade aos projetos em curso e à criação de novas atividades que se afiguraram necessárias para minimizar os efeitos da pandemia.

Demos então, continuidade à execução dos vários projetos em curso, no sentido de contribuirmos de forma proactiva para combater as situações de luta contra a pobreza e exclusão social e promovermos o desenvolvimento integrado do concelho.

O desenvolvimento do trabalho em rede, através do estabelecimento de parcerias com outras entidades da área social, educativa e empresarial continuou a ser uma aposta, aproveitando sinergias para fazer uma melhor gestão dos nossos recursos, potenciando ao mesmo tempo respostas mais integradas e concertadas.

A par da consolidação dos projetos em curso, foi feita a aposta na procura de novos projetos e atividades diferenciadoras, que forma a potenciar o uso dos equipamentos e respostas que possuímos e responder às necessidades identificadas na comunidade.

Factos relevantes ocorridos após o termo do exercício

Não ocorreram factos relevantes após o termo do exercício até esta data, que impliquem ajustamentos e/ou divulgação nas contas.

Aplicação de Resultados

Aplicação do resultado líquido do exercício de 2021 no montante de 66.580,76 euros em resultados transitados.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



101

Balço em 31 de dezembro de 2021		Unidade Monetária (€)	
Rubricas	Notas	2021	2020
ATIVO:			
Ativo não corrente:			
Ativos fixos tangíveis	4	36 837,16	50 654,70
Propriedades de investimento		-	-
Ativos intangíveis	5	-	18 651,20
Investimentos financeiros	16	981,04	924,99
Subtotal		37 818,20	70 230,89
Ativo corrente:			
Inventários		-	-
Créditos a receber		108 762,15	109 605,05
Estado e outros entes públicos	16	568,89	1 272,84
Fundadores/Associados		420,00	288,00
Diferimentos	11	1 351,47	907,73
Outros ativos correntes	11	322 846,58	477 939,13
Caixa e depósitos bancários	16	236 442,56	150 842,22
Subtotal		670 391,65	740 854,97
Total do Ativo		708 209,85	811 085,86
Fundos Patrimoniais e Passivo			
Fundos		-	-
Reservas		-	-
Resultados transitados	16	245 157,34	72 827,30
Excedentes de revalorização		-	-
Outras variações nos Fundos Patrimoniais	16	27 413,41	27 413,41
Resultado líquido do período	16	66 580,76	172 330,04
Total dos Fundos Patrimoniais	16	339 151,51	272 570,75
PASSIVO:			
Passivo não corrente:			
Provisões		-	-
Financiamentos obtidos		-	-
Outras contas a pagar		-	-
Subtotal		-	-
Passivo corrente:			
Fornecedores		2 730,43	920,95
Estado e outros entes públicos	16	10 103,88	25 923,51
Fundadores/Associados		-	-
Financiamentos obtidos		-	-
Diferimentos	11	135 358,92	627,06
Outros passivos correntes	11	220 865,11	511 043,59
Subtotal		369 058,34	538 515,11
Total do Passivo		369 058,34	538 515,11
Total dos Fundos Patrimoniais e do Passivo		708 209,85	811 085,86



11

Demonstração de Resultados por Naturezas em 31 de dezembro de 2021			Unidade Monetária (€)
Rendimentos e Gastos	Notas	2021	2020
Vendas e serviços prestados	8	-	29 766,68
Subsídios à exploração/Doações	10	670 430,10	908 345,15
Varição nos inventários da produção			-
Trabalhos para a própria entidade			-
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas			(2 644,50)
Fornecimentos e serviços externos		(127 921,41)	(110 433,83)
Gastos com o pessoal	12	(437 528,05)	(667 189,65)
Imparidade de inventários (perdas/reversões)			-
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			-
Provisões (aumentos/reduções)			-
Outras imparidades (perdas/ reversões)			-
Aumentos/reduções de justo valor			-
Outros rendimentos	8	4 861,53	83 382,44
Outros gastos		(8 854,89)	(5 357,15)
			-
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (EBITDA)		100 987,28	235 869,14
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	(34 406,52)	(63 091,76)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos) (EBIT)		66 580,76	172 777,38
Juros e rendimentos similares obtidos		-	5,05
Juros e gastos similares suportados		-	(83,97)
Resultado antes de impostos (EBT)		66 580,76	172 698,46
Imposto sobre o rendimento do período	16		(368,42)
Resultado líquido do período		66 580,76	172 330,04



Demonstração dos Fluxos de Caixa do período findo em 31 de dezembro de 2021			Unidade Monetária (€)
Rúbricas	Notas	2021	2020
Fluxos de Caixa das atividades operacionais - método direto			
Recebimentos de Clientes		707,60	0,00
Pagamento a Fornecedores		-126 090,88	-268 965,49
Pagamentos ao Pessoal		-437 528,05	-667 189,65
Caixa gerada pelas operações		-562 911,33	-936 155,14
Pagamento / Recebimento do imposto sobre o rendimento		0,00	368,42
Outros recebimentos / pagamentos		650 632,52	755 729,74
Fluxo das atividades operacionais (1)		87 721,19	-180 056,98
Fluxos de Caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos Fixos Tangíveis		-20 588,98	
Ativos Fixos Intangíveis			
Investimentos Financeiros			
Outros Ativos		-56,05	-63,00
Recebimentos provenientes de:			
Ativos Fixos Tangíveis			581 738,32
Ativos Fixos Intangíveis		18 651,20	4 529,60
Investimentos Financeiros			
Outros Ativos			
Subsídios ao Investimento			
Juros e Rendimentos similares		4,98	5,05
Dividendos			
Fluxo das atividades de investimento (2)		-1 988,85	586 209,97
Fluxos de Caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamento Obtidos			
Realização de capital e o instrumento de Capital Próprio			
Cobertura de Prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			64 874,50
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos Obtidos			
Juros e gastos similares			-83,97
Dividendos			
Redução de Capital e o instrumento de Capital Próprio			
Outras operações de financiamento		-132,00	-444 527,07
Fluxo das atividades de financiamento (3)		-132,00	-379 736,54
Variação de Caixa e seus equivalentes (1+2+3)		85 600,34	26 416,45
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		150 842,22	124 425,77
Caixa e seus equivalentes no fim do período		236 442,56	150 842,22



ANEXO



NOTA 1. IDENTIFICAÇÃO DE IDENTIDADE:

- 1.1- Designação de Entidade: Associação de Desenvolvimento do Concelho de Espinho
- 1.2- NIPC 503651907
- 1.3- Sede: Avenida 24 N.º 800 Espinho
- 1.4- Natureza da Atividade: A Associação de Desenvolvimento do Concelho de Espinho é uma pessoa coletiva de natureza associativa
- 1.5- Data da Contabilidade: 31-12-2021
- 1.6- Sempre que não exista outra referência os montantes encontram-se expressos em euros.

NOTA 2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Associação mantidos de acordo com os princípios contabilisticamente geralmente aceites em Portugal.

[Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março](#) – aprova o regime contabilístico para as entidades do sector não lucrativo

[Portaria n.º 105/2011, de 14 de março](#) - aprova os modelos de demonstrações financeiras a apresentar pelas entidades que apliquem o regime contabilístico ESNL

[Portaria n.º 106/2011, de 14 de março](#) - aprova o código de contas específico para as entidades do sector não lucrativo

[Aviso n.º 8259/2015, de 29 de julho](#) - publica a norma contabilística e de relato financeiro para as entidades do sector não lucrativo

2.2. DERROGAÇÃO AO DISPOSTO NA NCRF-ESNL

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas Demonstrações Financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista na NCRF-ESNL.

2.3. COMPARABILIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As quantias relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2021 incluídas nas presentes demonstrações financeiras para efeitos comparativos, estão apresentadas em conformidade com a NCRF-ESNL e são comparáveis com as quantidades relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2020.



NOTA 3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação contrária.

3.1 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

Não se verificou qualquer alteração quer nas políticas contabilísticas quer nas estimativas e também não se constatou a existência de qualquer erro que possa ser classificado como relevante.

NOTA 4. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

4.1 DIVULGAÇÃO PARA CADA CLASSE DE ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

- Bases de Mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras.
- Os ativos fixos tangíveis estão contabilizados ao preço de aquisição, deduzido das depreciações. As depreciações são calculadas pelo método de linha reta.

Ativo Bruto:	Saldo em 31/12/2020	Aumentos e Reavaliações	Abates e Alienações	Correções	Saldo em 31/12/2021
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	96 166,71	-	-	-	96 166,71
Equipamento básico	38 519,39	218,00	-	-	38 737,39
Equipamento de transporte	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	230 799,59	2 487,06	-	-	233 286,65
Equipamentos biológicos	-	-	-	-	-
Outros ativos fixos tangíveis	-	-	-	-	-
	365 485,69	2 705,06	-	-	368 190,75

Amortizações:	Saldo em 31/12/2020	Aumentos e Reavaliações	Abates e Alienações	Correções	Saldo em 31/12/2021
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	56 934,50	10 382,24	-	(191,42)	67 125,32
Equipamento básico	36 189,42	1 430,39	-	(1 175,42)	36 444,39
Equipamento de transporte	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	221 707,07	3 942,69	-	2 134,12	227 783,88
Equipamentos biológicos	-	-	-	-	-
Outros ativos fixos tangíveis	-	-	-	-	-
	314 830,99	15 755,32	-	767,28	331 353,59

Quantia Escriturada Líquida

36 837,16



NOTA 5. ATIVOS FIXOS INTANGÍVEIS

a) Os ativos intangíveis estão contabilizados ao preço de aquisição, deduzido das amortizações

	<u>Saldo em 31/12/2020</u>	<u>Aumentos e Reavaliações</u>	<u>Abates e Alienações</u>	<u>Correções</u>	<u>Saldo em 31/12/2021</u>
Projetos em Desenvolvimento	-	-	-	-	-
Software	26 936,00	-	-	-	26 936,00
Propriedade Industrial	-	-	-	-	-
Outros ativos fixos intangíveis	-	-	-	-	-
	<u>26 936,00</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>26 936,00</u>

	<u>Saldo em 31/12/2020</u>	<u>Aumentos e Reavaliações</u>	<u>Abates e Alienações</u>	<u>Correções</u>	<u>Saldo em 31/12/2021</u>
Projetos em Desenvolvimento	-	-	-	-	-
Software	8 284,80	18 651,20	-	-	26 936,00
Propriedade Industrial	-	-	-	-	-
Outros ativos fixos intangíveis	-	-	-	-	-
	<u>8 284,80</u>	<u>18 651,20</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>26 936,00</u>

NOTA 6. CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Os custos de juros e outros incorridos com empréstimos são reconhecidos como gastos de acordo com o regime de acréscimo.

NOTA 7. NÃO APLICÁVEL



NOTA 8. RENDIMENTOS E GASTOS

8.1. Os rendimentos e gastos são contabilizados no período a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contábilístico da especialização dos exercícios.

8.2. Os rendimentos e gastos cujo montante real não seja conhecido são estimados.

8.3. O rédito é reconhecido pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber, entendendo-se como tal o que é livremente fixado entre as partes contratantes numa base de independência.

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>Varição</u>
Venda de bens	-	980,85	
Multimeios	-	980,85	-100,00%
Prestação de serviços	-	28 785,83	
Centro Multimeios	-	28 785,83	-100,00%
Outros	4 861,53	83 382,44	
Rendimento Suplementares	-	-	
Ganhos em Investimentos	-	-	
Juros	-	-	
Donativos	-	-	
Outros	4 861,53	83 382,44	
	4 861,53	113 149,12	-95,70%

NOTA 9. NÃO APLICÁVEL



NOTA 10. SUBSÍDIOS E OUTROS APOIOS DAS ENTIDADES PÚBLICAS

Os subsídios monetários são mensurados pelo valor que se recebeu ou espera receber e os não monetários pelo justo valor.

	Subsídios à exploração		Subsídios ao Investimento	
	2021	2020	2021	2020
Subsídios relacionados com ativos	-	-	-	36 402,29
Multimeios				8 192,49
Equipamentos CLDS				2 011,67
Projeto Digital				26 198,13
Subsídios à exploração	670 067,25	908 345,15	-	-
Centro Comunitário	324 474,00	313 198,50	-	-
Protocolo RSI	90 054,00	86 978,99	-	-
CLDS	88 470,29	60 121,54	-	-
Portugal2020	14 569,40	64 283,46	-	-
Câmara Municipal De Espinho	-	259 442,46	-	-
PORI	24 241,03	25 000,16	-	-
Bairros saudáveis	11 799,50	-	-	-
Turismo de Portugal	100 000,00	70 000,00	-	-
POAPMC	5 395,24	21 471,73	-	-
Outros	11 063,79	7 848,31	-	-
	670 067,25	908 345,15	-	36 402,29
Donativos	362,85	-	-	-
	362,85	-	-	-
	670 430,10	908 345,15	-	-

NOTA 11. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros tais como, créditos a receber, fornecedores, outros ativos correntes, contas a pagar ou empréstimos bancários são mensurados ao custo menos perda por imparidade.

Outros ativos correntes

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Fornecedores	-	-
Outros devedores	250,00	-
Devedores por acréscimo de rendimento	-	-
Contrato Local de Desenvolvimento	269 564,96	370 123,17
Fundo de Socorro Social	-	-
Promover o Sucesso II	14 580,37	50 852,66
Capacitação para Investimento Social	14 569,40	33 060,40
RII	23 881,85	23 881,85
Norte 2020	-	-
	<u>322 846,58</u>	<u>477 918,08</u>

Outros passivos correntes

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Não Correntes		
Cientes (saldos contrários)	-	-
Pessoal	-	-
Fornecedores de investimentos	-	-
Adiantamentos por conta de vendas	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>
Corrente		
Cientes (saldos contrários)	-	-
Pessoal	-	-
Empresas do Grupo e Participadas	-	-
Outros acionistas	-	-
Fornecedores de investimentos	-	-
Adiantamentos por conta de vendas	-	-
Credores por acréscimos de gastos	-	-
Remunerações a pagar ao pessoal	60 018,97	59 627,73
Juros a liquidar	-	-
Outros acréscimos de gastos	-	-
Outros Credores	160 846,14	451 280,56
	<u>220 865,11</u>	<u>510 908,29</u>
	<u>220 865,11</u>	<u>510 908,29</u>

Diferimentos Ativos

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Diferimento de gastos		
Seguros	1 351,47	907,63
Rendas	-	-
Outros gastos diferidos	-	-
	<u>1 351,47</u>	<u>907,63</u>

Diferimentos Passivos

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Subsídios a reconhecer	135 358,92	627,06
	<u>135 358,92</u>	<u>627,06</u>



NOTA 12. BENEFÍCIOS DOS TRABALHADORES

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, complementos de subsídio noturno, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, prémios de produtividade e assiduidade, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal, abonos para falhas, entre outros. São ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, vence-se a 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes se encontram reconhecidos como benefícios de curto prazo.

Gastos com o Pessoal

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Remunerações do pessoal	354 477,46	460 407,88
Encargos sobre Remunerações	74 487,70	101 464,77
Seguro Acidentes de Trabalho e Doenças	6 723,29	11 868,13
Outros gastos com Pessoal	1 839,60	93 448,87
	<u><u>437 528,05</u></u>	<u><u>667 189,65</u></u>

Número Médio de Colaboradores

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Centro Comunitário	14	14
Contrato Local de Desenvolvimento Social	3	3
Protocolo RSI	5	5
Centro Multimeios	-	16
GAEE	-	-
PORI	1	1
	<u><u>23,00</u></u>	<u><u>39,00</u></u>

NOTA 13. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Não ocorreram factos relevantes após o termo do exercício até esta data, que impliquem ajustamentos e/ou divulgação nas contas.

NOTA 16. OUTRAS DIVULGAÇÕES

Desagregação dos valores inscritos na rúbrica de caixa e em depósitos bancários

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
11 Caixa	1 360,55	216,16
12 Depósitos bancários	235 082,01	150 626,06
13 Outros depósitos bancários	-	-
14 Instrumentos Financeiros	-	-
Total	<u>236 442,56</u>	<u>150 842,22</u>

Estado e outros Entes Públicos

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Autoridade Tributária	2 254,00	8 758,00
Segurança Social	7 849,88	16 797,09
	<u>10 103,88</u>	<u>25 555,09</u>
	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Saldos Devedores		
IRC – A Recuperar	-	-
IRC – Pagamento por Conta	-	-
Retenção imposto s/ rendimento	1,00	-
IVA - A Recuperar	567,89	1 271,84
Restantes Impostos	-	-
Contribuição p/ Seg. Social	-	-
	<u>568,89</u>	<u>1 271,84</u>
Saldos Credores		
Corrente		
IRC - A Pagar	-	368,42
Retenção imposto s/ rendimento	2 254,00	8 758,00
Retenção imposto s/ rendimento - prestaci	-	-
IVA - A Pagar	-	-
Restantes Impostos	-	-
Contribuição p/ Segurança Social	7 849,88	16 797,09
Contribuição p/ Segurança Social - prestaci	-	-
	<u>10 103,88</u>	<u>25 923,51</u>
Não corrente		
Contribuição p/ Segurança Social - prestaci	-	-



RELATÓRIO DE AUDITORIA



RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião com reserva

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da “ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DO CONCELHO DE ESPINHO”(a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2021 (que evidencia um total de 708.210 euros e um total de fundos patrimoniais de 339.152 euros, incluindo um resultado líquido de 66.581 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto ao efeito descrito no parágrafo da matéria referida na secção “Bases para a opinião com reserva”, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da “ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DO CONCELHO DE ESPINHO” em 31 de dezembro de 2021 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião com reserva

Não nos foi possível validar através de confirmação externa de saldos, o saldo de cliente no montante de 99.981 euros, pelo que não podemos concluir quanto à razoabilidade daquele saldo ou quanto ao potencial impacto de regularização do mesmo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reserva.





Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção





material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, exceto quanto ao efeito da matéria referida na secção “Bases para a opinião com reserva” do Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo





PALM, CAMBÃO & ASSOCIADOS
SROC

em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Porto 04 de março de 2022

PALM, CAMBÃO & ASSOCIADOS, SROC, LDA

Representada por:

Amadeu da Conceição Moreira Rodrigues Cambão
Registado sob os nºs 686 na OROC e 20160327 na CMVM

SOC.COM.POR QUOTAS | CAPITAL SOCIAL: 10000 EUROS | REGISTADA NA C.R.C. DO PORTO - MATRÍCULA/NIPC 510 208 878 | INSCRITA NA O.R.C.C. SOB O Nº 272 | REGISTO CMVM Nº 20161565

PALM, CAMBÃO & ASSOCIADOS - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Rua João Dinis, nº 247 - 6º piso - sala E12 | 4050-324 Porto | Email: geral@palm-cambao.pt | www.palm-cambao.pt | Telf. +351 226 079 490
Rua do Gonfim, nº 77 - r/ch. esq. tras. | 4900-474 Viana do Castelo | Email: eduardaviegas@eduardaviegas.net

